

JORNALISMO, MÍDIA e PODER: o processo de *impeachment* e o contexto pós-Dilma

JOURNALISM, MEDIA AND POWER: the impeachment process and the post-Dilma context

A Revista Latino-americana de Jornalismo – **ÂNCORA** disponibiliza a sua nona edição [V.5 N.2] tendo como dossiê temático um conjunto de contribuições acadêmicas transdisciplinares que versam sobre **JORNALISMO, MÍDIA e PODER: o processo de *impeachment* e o contexto pós-Dilma**. Trata-se de uma composição textual interpretativa com olhares argutos, meticulosos e aprofundados de pesquisadores e pesquisadoras que integram diferentes universidades do Brasil, Argentina, Portugal e Colômbia. Essas diferentes vozes plurais e singulares se debruçaram particularmente sobre as complexidades que envolveram o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff no tocante ao viés narrativo de determinadas coberturas jornalísticas produzidas pela grande imprensa e, em alguns casos, sobre reverberações desses acontecimentos noticiosos nas redes sociais. A grande imprensa teve um papel preponderante neste espetáculo político alimentado por fatos cotidianos envolvendo instituições dos poderes constituídos da república, como o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público. Os artigos e a entrevista do presente dossiê iluminam de modo analítico essas fraturas expostas relacionadas ao contexto do processo democrático, quanto ao papel do jornalismo em períodos de crise política, e, ainda, o comportamento da imprensa e as problematizações necessárias ao Executivo, Legislativo e Judiciário e outros fios desencapados que provocaram curtos-circuitos e apagões na democracia brasileira.

Desse modo, é importante enfatizar que os últimos seis anos [2013 – 2018] colocaram a política brasileira no centro do mundo e da imprensa dos vários continentes. Acontecimentos megaespetaculares mobilizaram forças do Estado, do parlamento e da sociedade, oportunizando mudanças profundas, no âmbito dos governos, na reconfiguração do parlamento e nas contraditórias decisões emanadas do sistema judiciário, em suas variadas instâncias.

EDITORIAL

O marco inicial de tais acontecimentos foi a onda de protestos ocorridos entre maio e julho de 2013, organizados com o fôlego das redes sociais, mobilizando segmentos múltiplos da sociedade, em manifestações difusas, muitas vezes marcadas por atos de violência e de vandalismo, canalizando causas e reivindicações de amplo espectro.

No centro dessas contestações, tanto na vida real como na esfera virtual, estava a luta pelo #ForaPT, envolvendo uma campanha ostensiva contra a presidenta Dilma, o ex-presidente Lula e o fim do governo petista, narrativa que vinha sendo alimentada pelas denúncias de casos de corrupção apresentadas desde o primeiro governo Lula, nomeados pejorativamente, na imprensa e no parlamento, como “Mensalão” e “Petrolão”.

2014, igualmente, não foi um ano fácil. A Copa do Mundo e as eleições presidenciais marcaram os debates, os embates e a crescente hostilidade de parte significativa da sociedade, engolfada em disputas polarizadas contra e a favor do governo, situação que ganhou um novo e explosivo condimento: a deflagração da Operação Lava Jato, que, em tese, pretendia combater a corrupção, apesar de sua clara seletividade e da precipitada e insistente intenção de criminalizar o Partido dos Trabalhadores. Contudo, o cenário turbulento não foi suficiente para retirar o PT da disputa. Dilma Rousseff foi reeleita com pouco mais de três milhões de votos de diferença em relação ao seu adversário, o candidato Aécio Neves (PSDB-MG)¹.

O resultado eleitoral, entretanto, foi posto em xeque pelo candidato derrotado. Logo, em dezembro de 2015, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), presidente da Câmara dos Deputados com várias acusações da Justiça em seus ombros, lia em plenário o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma.

A partir daí os acontecimentos sucederam-se de forma acelerada. Com o teatro político-jurídico de uma *mise-en-scène* real, veio o impedimento da presidenta, e, na Justiça, aceleraram-se os processos de acusação do ex-presidente Lula, cujos trâmites deram-se em velocidade recorde, permitindo sua condenação em segunda instância e sua consequente prisão, em março do corrente ano, quando despontava como favorito na disputa eleitoral de 2018.

¹ De acordo com os dados oficiais, divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Dilma Rousseff obteve 54.501.118 votos (51,64% dos votos válidos) e seu oponente Aécio Neves conseguiu 51.041.155 votos (48,36% dos votos válidos). Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

O volume das narrativas produzidas sobre os acontecimentos narrados aqui, de forma sintética, é incalculável. Cada um dos episódios, e suas consequências, foi dissecado, comentado e interpretado em perfis de *Facebook* e *Twitter*; em *blogs* e portais; em debates públicos ou privados; em *podcasts*; em produções realizadas pela chamada imprensa alternativa e por influenciadores sociais.

As universidades, porém, nos mais variados campos do conhecimento, reuniram um acervo de grandes proporções, e de matizes diversas, para explicar esse cenário político; interpretar suas narrativas (jurídica, política, midiática); compreender as reações sociais; escutar e trazer à luz a opinião da imprensa internacional acerca dos episódios e de seus funestos impactos na frágil democracia brasileira.

Teríamos vivido um “golpe jurídico-parlamentar-midiático”, conforme preconizaram os políticos das esquerdas, além de juízes apoiadores da política do Partido dos Trabalhadores e segmentos intelectuais significativos da sociedade brasileira? Os acontecimentos teriam se precipitado com a força corrosiva que os determinou, não fosse o chamado “estado de exceção” imposto pela Operação Lava Jato, com amplo apoio da grande imprensa corporativa e seus tentáculos em forma de monopólios e oligopólios?

Âncora persegue essas questões, e muitas outras, que aparecem nesse debate. Quando este dossiê temático foi proposto, no início de 2018, não se afigurava como possível o novo cenário vivido atualmente no País. As últimas eleições rechaçaram a candidatura do Partido dos Trabalhadores, na figura do professor Fernando Haddad. Elegeu-se a proposta de extrema direita do candidato Jair Bolsonaro (PSL)². A partir de janeiro de 2019 o país será comandado por ditames advindos de um autoritarismo que pretende conjugar teocracia, militarismo e traços neoconservadores em uma “política liberal”. Alguns pensadores já postulam, inclusive, que nesse período de ocupação do governo Temer (por força da deposição jurídico-parlamentar da ex-presidenta Dilma Rousseff), particularmente no processo de transição para o novo governo, pode-se identificar indícios, ou marcas visíveis, do que denominamos de Estado de exceção. Nesse direcionamento o pesquisador Jaldes Menezes, em *A Hegemonia como Contrato*, defende que um Estado desta natureza

[...] pode casar muito bem com golpes parlamentares, a exemplo do aplicado por Temer, um golpe ‘líquido’, por dentro da aparente ‘normalidade’ institucional do sistema político. [...] A exceção, inclusive no âmbito jurídico, trabalha com uma lógica política de

² Partido Social Liberal.

amigo/inimigo, formulada durante a crise da República de Weimar que resultou na ascensão do nazismo, pelo jurista alemão de direita, Carl Schmitt.³

Os artigos versam sobre essas novas questões inerentes à conjuntura política brasileira pós-golpe, e indiretamente tocam em assuntos voltados para liberdade de imprensa, censura, insegurança jurídica, formas de arbítrio, crise da democracia e do próprio jornalismo. Além destes temas, que aparecem de forma subjacente, há, ainda, um fluxo corrente de contranarrativas e experiências diferenciais desenvolvidas no campo do jornalismo independente que, particularmente, não foram contempladas no presente dossiê e que, igualmente, requerem olhares sistemáticos e análises mais direcionadas por parte de investigações posteriores.

No campo acadêmico o pensamento crítico está em risco. Por isso, afigura-se de suma relevância o debate aqui proposto. Se antes objetivávamos recuperar uma amostra das leituras críticas, da pesquisa e da investigação que puderam ser realizadas com respeito à cobertura jornalístico-midiática desses episódios, a atualidade pede que olhemos para esse cenário descrito em perspectiva, não apenas para que recuperemos os fios explicativos dessa história recente, mas também para que possamos nos situar no presente com uma crítica vigorosa aos processos autoritários e uma denúncia incisiva aos desvios da imprensa brasileira, do seu papel de guardiã e defensora da democracia, de agente indispensável e fundamental de defesa da cidadania e da justiça social.

Pesquisadores brasileiros e internacionais submeteram resultados de pesquisas investigativas sobre esses fenômenos, com ênfase na cobertura midiática noticiosa e constituição das novas relações de poder. Os contributos edificam um extenso dossiê, onde os eixos das análises estão apoiados nas narrativas jornalísticas dos variados veículos e linguagens midiáticas.

A primeira leva de investigações focaliza o episódio do *impeachment*. Nos artigos que finalizam o dossiê aparecem questões que abordam a prisão do ex-presidente Lula e o resultado das eleições presidenciais.

Abre o dossiê o artigo **RITUAIS MIDIÁTICOS DE UM IMPEACHMENT: os mecanismos de agendamento discursivo na Folha de S. Paulo (Brasil) e no Diário de Notícias (Portugal)**, onde

³ MENEZES, Jaldes. O novo Estado de Exceção. In: MENEZES, Jaldes. **A hegemonia como contrato**: ensaios sobre política e história. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. p. 142-3.

autores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte e da Universidade Nova de Lisboa juntaram-se para realizar um estudo comparado acerca da cobertura do *impeachment* da presidenta Dilma nos dois periódicos. Conforme adiantam,

o artigo analisa os dias que antecederam e sucederam ao episódio do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff como um evento discursivo, sujeito às condições de produção de sentido, objetivando identificar as vozes emergentes sob as diretrizes simbólicas que campearam os textos em dois periódicos distintos, sendo um nacional, a *Folha de S. Paulo*, e outro internacional, o *Diário de Notícias*, para fins de comparação.

O segundo artigo foca-se na semana de votação do *impeachment* da presidenta Dilma, em abril de 2016, investigando a cobertura dos jornais colombianos *El Tiempo* e *El Espectador*. Intitulado **LA COBERTURA DE LA DESTITUCIÓN DE DILMA ROUSSEFF EN LOS DIARIOS COLOMBIANOS: un análisis de El Tiempo y El Espectador**, o artigo reúne o pesquisador colombiano Diego García Ramirez e seus co-partícipes brasileiros, Juliana Colussi e Leonardo Magalhães Firmino. A teoria de base para a investigação é a hipótese do agendamento.

A MANIPULAÇÃO IMAGÉTICA: estudo de caso sobre o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *Clarín* e *La Nación* dá título ao terceiro artigo apresentado ao dossiê, reunindo os pesquisadores argentinos Lila Luchessie (Universidad Nacional de Rosario) e Fernando Irigaray (Universidad Nacional de Río Negro), conjuntamente com o investigador brasileiro Denis Renó (Universidade Estadual Paulista). Este artigo investiga a narrativa proposta pelas imagens fotográficas daqueles periódicos, com respeito à constituição de uma opinião sobre o *impeachment* da presidenta Dilma.

TEXTO, IMAGEM E EDIÇÃO: os passos do *impeachment* sob a ótica discursiva do *Jornal Nacional* (Brasil), artigo sob a responsabilidade de Sérgio Arruda de Moura e Mozarth Dias de Almeida Miranda, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e do Centro Universitário Redentor Brasil, respectivamente, analisa o discurso que resulta da intervenção da edição de texto e imagem em reportagem do *Jornal Nacional*, de 21 de outubro de 2015, que tem como tema o episódio da entrega da denúncia de irregularidade do governo Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados.

Já o quinto artigo, reunindo os autores Alfredo Vizeu, Heitor Costa Lima da Rocha e Laís Cristine Ferreira Cardoso, da Universidade Federal de Pernambuco, traz um título forte, forjado pela concepção de *clima de opinião*. **O IMPEACHMENT DO JORNALISMO: clima de opinião e manipulação ideológica no golpe contra Dilma Rousseff** investiga evidências de como o *Jornal do Commercio* construiu um clima de opinião favorável ao golpe parlamentar que derrubou a ex-presidente Dilma Rousseff. O *corpus* do trabalho foi a cobertura das manifestações sobre o *impeachment* da ex-presidenta. A análise confirma a hipótese de uma distorção sistemática das notícias, visando legitimar a cassação, através de um clima de opinião com a ameaça de isolamento dos apoiadores da presidenta.

Trazendo o tema **O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF E O DISCURSO SOBRE O APAZIGUAMENTO SOCIAL NA IMPRENSA BRASILEIRA**, o artigo seguinte reúne os autores Daniel Dantas Lemos, Lucas Oliveira de Medeiros e Bianca Pessoa Tenório Wanderley, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na proposta de analisar, sob a perspectiva da teoria mimética de René Girard, conforme exposta por Michael Kirwan e Richard Golsan, enunciados que manifestam um dos discursos que operaram justificativas para o processo de impedimento da presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, com vistas ao apaziguamento da sociedade.

O jornalismo de revista comparece como tema central no artigo **SEM PODER, EXPLOSIVA E FORA DO BARALHO: discursos sobre a presidenta Dilma Rousseff em capas de revistas jornalísticas**, reunindo os investigadores Marcília Luzia Gomes da Costa Mendes, da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, e Francisco Vieira da Silva, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O trabalho reflete sobre a construção discursiva da presidenta Dilma nas capas de três revistas de circulação nacional. O eixo teórico/central é a análise de discurso de extração francesa. A pesquisa encontra discursos desvantajosos com respeito à figura da presidenta e à sua competência para o cargo, revelando misoginia e preconceito de gênero.

Maria das Graças Pinto Coelho e Geilson Fernandes de Oliveira, em artigo intitulado **IMPEACHMENT, EMOÇÕES E CONFLITOS: a emergência da raiva nos comentários da página da revista *Veja* no *Facebook***, analisam as conversações estabelecidas através dos comentários produzidos em postagens da revista *Veja*, em interação com matéria publicada em 31 de agosto de 2016 (“URGENTE: Dilma sofre

impeachment e PT sai do governo após 13 anos”). Neste trabalho os pesquisadores concluem que

[as] reflexões empreendidas demonstram a irrupção de emoções e sentimentos em conflito, haja vista a produção de dissensos que se instauram a partir das conversações, evocando o sentido de disputa acerca do processo de *impeachment*.

JORNALISMO E AS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO NO GOVERNO DILMA ROUSSEFF dá título ao nono artigo desse dossiê, em pesquisa sob a responsabilidade dos investigadores Luiz Custódio da Silva, da UEPB, Maria de Lourdes Soares e Adriana Crisanto Monteiro, ambas da UFPB. O artigo traz à tona discussões sobre políticas públicas de comunicação, jornalismo, poder e democracia, no período do primeiro governo de Dilma Rousseff.

Adriano Charles da Silva Cruz, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, produziu o artigo **A CONDUÇÃO COERCITIVA DE LULA: *framing* e jogos de memória na *Folha de S. Paulo***, o qual explora a repercussão através da imprensa do episódio da condução coercitiva do ex-presidente Lula. O *corpus* analítico da investigação é um conjunto de textos de opinião, publicado na *Folha de S. Paulo*, sobre o assunto.

O tema das eleições de 2018 comparece no dossiê através de estudo inovador, sob o título **JORNALISMO TRANSMÍDIA E OS QUIZZES ELEITORAIS BRASILEIROS EM 2018**. A investigação é da responsabilidade de João Carlos Massarolo e Gustavo Padovani, da Universidade Federal de São Carlos. Neste trabalho pretende-se problematizar a lógica da montagem dos questionários no formato de *quiz*, disponibilizados nas plataformas eleitorais, buscando-se, assim, verificar a lógica de escolhas implementadas dentro de seus dispositivos.

O pesquisador Felipe Pena, da Universidade Federal Fluminense, encerra magistralmente o dossiê em dois espaços: o primeiro resulta de resenha primorosa da sua obra *Crônicas do Golpe* realizada pelo professor Cláudio Cardoso de Paiva, da Universidade Federal da Paraíba. No segundo espaço é o próprio Felipe quem dialoga com a **Revista Âncora**, através de entrevista que conjuga, numa linguagem coloquial, saberes intelectuais, opinião e reflexões inadiáveis sobre a prática jornalística e a cobertura política dos últimos seis anos em nosso país.

A seção Pauta Livre **Âncora** disponibiliza o artigo dos pesquisadores Edgar Patrício e Leidyane Viana, da Universidade Federal do Ceará, cujo título é **JORNALISMO E INTERESSE PÚBLICO: uma**

análise da Agência Câmara Notícias a partir da categorização de fatos. Este artigo objetiva avaliar o interesse público na produção noticiosa da *Agência Câmara Notícias*, utilizando como base teórica os estudos do interesse público no jornalismo.

Conforme frisamos no início desse editorial, as pesquisas realizadas sobre os últimos seis anos nas universidades brasileiras têm aumentado de forma significativa – mesmo agora, em 2018, é certo que muitos trabalhos ainda se acham em fase de realização. Temos consciência de que apresentamos para os leitores de **Âncora** apenas uma pequena amostra dessa vasta produção investigativa. Interpretar esses acontecimentos, que tanto impactaram a democracia e a política do país, é uma tarefa primordial do pensamento acadêmico-científico e jornalístico.

Socializar alguns desses resultados, através da nossa Revista, permite-nos alargar o espaço do debate e da produção de registro da memória de tais episódios, aliada às competentes análises que ora compartilhamos.

Que este número de **Âncora** possa consolidar-se como um importante documento narrativo do presente – com seus paradoxos, suas indagações, suas inflexões políticas, econômicas e culturais. O jornalismo brasileiro reclama por mudanças!

Boa leitura.

Pedro NUNES | Editor Convidado

Joana Belarmino de SOUSA | Editora Geral

